

O ECHO DO RIO,

Jornal Politico e Litterario.

Parcite verbis.

HORAT. AD ROM.



Publica-se as quartas feiras e sabbados, na typ. Imparcial de F. de Paula Brito, praça da Constituição n. 64, onde se subscreve a 4000 réis por semestre, pagos adiantados, e vendem-se numeros avulsos a 80 réis, nas lojas do costume.

O ECHO DO RIO.

Depois das noticias, que nos tinham vindo do Estado Oriental, parece que ha muito deviamos ter recebido noticias do inteiro aniquilamento do Fructo Rivera, e completo triumpho de Oribe: todavia assim não tem acontecido, e os navios que vão chegando, nos vão dando sempre a noticia, de que ali os negocios permanecem na mesma situação. D'aqui concluimos nós, que as noticias, que nos tem vindo são em grande parte exageradas, e que talvez o resultado da luta ainda seja bem contrario a aquelle, que geralmente se espera. Não se diz por ahi, que Fructo mandara alguma gente em auxilio dos rebeldes do Rio Grande? Se o fez, é evidente que ainda não está nos apuros, em que nol-o pintam. Uma victoria de Fructo pôde fazer desaparecer Oribe das campinas do Estado Oriental, em quanto que as victorias de Oribe nunca terão character decisivo, em quanto se elle não tiver apoderado da capital.

Pedimos ao governo toda a prudencia neste negocio. Não faltam imprudentes, que não cessam de clamar pelas esquinas medidas, que a serem tomadas nos fariam tomar parte em uma luta, de que nos convem estarmos livres quanto pudermos. Nem Fructo, nem Oribe devem merecer as sympathias do governo do Brasil: ambos tem dado bastantes provas, de que lhe são hostis. Porem mesmo que assim não fosse, nem por isso seria conveniente violar os mais comesinhos principios de direito das gentes, para ir favorecer qualquer dos contendores.

Se o Brasil tem queixas contra o governo do Estado Oriental, faça-as valer; faça as reclamações precisas, e se amigavelmente nada poder obter, o que entender que lhe é devido, lance mão das armas; forças temos mais que sufficientes para fazer desaparecer Montevideo da lista das nações: mas nossa guerra seja feita ao estado e não aos individuos. A guerra que Buenos-Ayres faz hoje a Montevideo é inteiramente injusta, por que se dirige a alterar-lhe o governo, e por consequencia a intervir em seus negocios internos. O Brasil não deve con-

fundir-se com Buenos-Ayres, nem lhe isso convem: o Brasil não deve por modo algum interferir em negocios de um nação estranha, e que é tão independente como elle.

Ha sonhadores e visionarios, que entendem que pôde o imperio tomar parte activa nos negocios da Cisplatina, por que facil lhe será tornar a fazer desse Estado uma provincia sua. E por ventura, não seria isso flagrante violação de tratados? A Inglaterra, que garantiu a independencia desse Estado, não teria direito a interferir nesse negocio? Ponhamos porem tudo isto de parte, foi um sonho desta natureza, que deu grave impulso á rebellião do Rio Grande: de exemplo sirva em todos os tempos para não violarmos as regras da justiça. Em 1834, lembra-nos como se fôra hoje, em 1834 apresentou-se Bento Gonsalves nesta côrte, e aqui chegou a convencer algumas pessoas de que a uniao da Cisplatina ao imperio era negocio da maior facilidade. Diga o Sr. Aureliano se sobre esse objecto não teve conferencias com esse caudilho; e se não houve alguem, que então tinha bastante influencia, que suppoz possivel essa união, e que assentou que passos deviam ser dados nesse sentido. E sabem quem foi? Cuidamos que não é muito difficil saber quem eram as influencias de 1834, quando o Sr. Honorio, e o Sr. Torres, e o Sr. Salvador Maciel estavam na opposição; quando o Sr. Paulino ainda era simples juiz do civil; e o Sr. Vianna ainda não tinha entrado para a camara dos deputados: e o Sr. Vasconcellos e o Sr. visconde de Abrantes, e o de Olinda, e finalmente muitos outros estavam na opposição. (O Sr. Torres foi ministro parte desse anno, mas a maior parte delle para o fim esteve fôra do ministerio.) Certamente estes Srs. não eram então influencias, e como deixamos dito, as influencias d'então julgaram possivel, e propozeram que se levasse a effeito a união da Cisplatina.

Em consequencia disso, mimos se fizeram a Bento Gonsalves, e esses mimos altanaram o caudilho, e augmentaram sua influencia no Rio Grande, da qual se serviu para fazer a rebellião.

Aristides, quando se propunha qualquer nego-

cio, perguntava primeiro se era justo, e só depois de discutida esta questão previa, e assentado que com effeito era justo o negocio, que se propunha, admittia a questão da conveniencia. Ora, no caso, de que tratamos, conveniente seria ao Brasil levar seus limites até o Prata, que lhe ficaria servindo de raia; mas inconvenientes maiores ha por agora; e ha e haverá sempre a justiça, que nos manda observar um tratado celebrado.

Qualquer pois que seja a face, que tomem os negocios da Cisplatina, o Brasil deve sempre respeitar a sua independencia: se lhe fizer algum dia a guerra, será para obter reparações de injurias soffridas, ou para pedir seguranças de que se lhe não farão injurias; mas nunca será para fazer desaparecer o nome da republica Oriental da lista das nações. O Brasil quer paz com dignidade; todavia entendemos, que seu governo está prompto para a guerra, se lhe fôr preciso tirar a espada.

O PHAROL, E O SR. CALDAS VIANNA.

Estamos desde muito costumados, a que os bons servidores do Estado sejam maltratados pela imprensa da facção; e por isso não podemos estranhar, que o digno presidente da provincia do Rio de Janeiro, o Sr. Caldas Vianna, não escapasse a esta lei geral; pelo contrario, muito de estranhar seria se tal acontecesse. Ahi se sahio o *Pharol* com um estradissimo artigo de quatro columnas, em que enche esse honrado e illustrado funcionario publico de improperios e de baldões. E' a calumnia no que tem de mais infame. Depois de arguir-se o presidente até do desarranjo da secretaria, inculpando-o de a ter feito loja de Belxior, onde tudo é confusão, e nada do que se procura, se encontra em logar certo, o que na verdade é um grandissimo crime, se um presidente de provincia, que deve emmassar e dispôr competentemente todos os papeis da secretaria, em suas respectivas estantes, com seus rotulos, de modo que sejam achados logo, que procurados; e se alguém houver, que diga, que incumbe isso a qualquer amanuense ou official, sob a inspecção do secretario, e que nada tem com isso o presidente, dir-lhe-hemos, que não sabe o que diz: depois, dizemos, de tão importante accusação, recorre-se a outros, que só demonstram a perversidade de quem as faz. Diz o *Pharol*, que os cartorios do civil da cidade de Campos (o Sr. Caldas Vianna é juiz do civil de Campos) gemem sob o peso de suas sentenças atrozes, iniquas, monstruosos abortos da venalidade, ou da mais supina ignorancia. Não é preciso ser monstruoso aborto de perversidade, ou estar em furioso delirio para proferir semelhantes palavras?

Sibem todos os que tem o mais pequeno conhecimento do Sr. João Caldas Vianna, que tem muita illustração, e rectidão d'alma; mas deixaremos ainda de parte essas imputações, e perguntaremos ao *Pharol*, como, quando e onde foi attribuida á venalidade alguma sentença do Sr. Caldas Vianna? Não lhe pedimos provas, com quanto direito tivéssemos para o fazer: não somos tão rigoroso como a lei: entre jornalistas daremos ao contemporaneo mais alguma liberdade; mas pedimos-lhe mui categoricamente, que declare qual foi a sentença proferida pelo Sr. Caldas Vianna, que foi imputada á vena-

lidade? O contemporaneo certamente ficou bastante audaz com o julgamento do Sr. Azevedo; viu nesse infeliz magistrado punida a honra, e triumphante o crime; e por isso já nos suppõe tão degredados e immoraes, que julga, que sempre e em todo o caso padecerá a virtude, e triumphará a maldade; porem engana-se: os monstros nem sempre apparecem.

Mas, apesar de todas estas considerações, a calumnia lá vai grassando por entre os leitores do *Pharol*: talvez alguém o acredite; e a reputação do Sr. Caldas Vianna lá vai por semelhante modo barateada! Por que não ha ahi alguém que tambem calumnie o redactor do *Pharol*? Saiba ao menos o que custa o peso de uma semelhante imputação. E' verdade que as pessoas são mui differentes, e o que a um fará verter bem amargo pranto, ao outro fará dar satanicas risadas: mas procurem-lhe o lado sensível: soffra a pena de Talião.

Chamar venal a um magistrado, é a maior afronta que se lhe pôde fazer: é o cumulo de todas as injurias. Chamar venal ao magistrado, que nunca o foi!... é a maior das perversidades, é o cumulo de todas as perversidades.

Estranhará alguém esta nossa linguagem; mas perdemos a paciencia quando lemos imputações semelhantes: não podemos conservar a calma precisa para pesar as expressões, de que nos servimos. Conhecemos, que a minoria tem direito de fazer-se ouvir pelo publico; conhecemos, que as queixas lhe são permittidas; e que por consequencia não pôde ser privada do direito de censurar os actos dos empregados publicos: nunca quereremos, que seja esbulhada desse direito, e não duvidamos mesmo talvez, que passe um pouco alem das raia do que é rigorosamente justo: se hoje escrevemos em favor do ministerio, amanhã poderemos escrever contra, por que nem este ministerio hade ser eterno, nem temos feito contracto algum com elle, pelo qual lhe hypothecassemos nossas opiniões: e por isso queremos liberdade aos outros para termos liberdade: perfeita igualdade de direitos. Mas não poderemos tolerar nunca, que se façam semelhantes imputações, quando os factos não estiverem bem averiguados, e a respeito do Sr. Caldas Vianna não só temos a mais plena convicção de sua probidade e honradex, se não que tambem desafiamos a que mesmo se apresente uma só sentença sua, que fosse attribuida a venalidade, como já acima dissemos.

Permitta o contemporaneo do *Pharol*, que lhe digamos uma verdade: quando se fazem accusações tão evidentemente calumniosas, perde-se o direito de ser acreditado naquellas, que por ventura fossem verdadeiras. Abusando da imprensa por tal modo, não só se desnaturam os nobres fins da imprensa, como se faz odioso este grande meio de propagação de conhecimentos. O resultado desses abusos são os clamores contra a liberdade da imprensa. Ninguem tem mais trabalhado para nos fazer volver aos tempos do Sr. D. VI, do que a facção intitulado opposição.

ELEIÇÕES PROVINCIAES.

As eleições para a assembléa provincial do Rio de Janeiro tem até hoje passado desapercibidas da população; apenas se interessam nellas os candidatos e seus padrinhos. Por que até hoje a provincia do Rio de Janeiro tem pensado que a sua assembléa provincial nada tem com a politica do Estado, e viu com bastante mágon, que na ultima sessão alguma enxertia se quizesse fazer nesse

sentido. Parece, que porem agora a facção, que se tem intitulado opposição quer mudar as cousas; quer distrahir a assemblea provincial, dos objectos que muito especialmente lhe incumbem, para lhe dar outra direcção; e para este fim trabalha nas eleições. Se triumphasse, em vez de discussões sobre pontes e estradas, teriamos discursos sobre amnistias, e processos de jury. Mas a provincia do Rio de Janeiro tem por muitas vezes mostrado que sabe a vereda que deve trilhar. Muitas vezes podem mais rogos que força; mas apesar disso estamos desde ja certo, de que são baldados taes esforços.

BELLEZAS.

O senado não quiz combates corpo a corpo com o governo, mas quiz por sua siseudez chumal-o a seus deveres, quiz que elle comprehendesse, e por tanto largasse o posto, que indignamente occupa: mostrou-se independente e moderado. — Estas palavras são do *Nacional*. — E no mesmo numero e no mesmo artigo diz: — apesar das anti-constitucionaes leis da reforma e do concelho d'Estado. — E por ventura não passavam estas leis pelo senado? até lá foram ijuiciadas, e amplamente discutidas? E então como as deixou passar esse corpo independente, e moderado, se eram anti-constitucionaes? O senado de hoje é o mesmo que o de então: os membros, que tem de mais não foram os que lhe derão a nova feição. Mas em um caso trata-se do senado approvando leis, que consolidam a ordem: logo são medidas anti-constitucionaes: no outro é o senado julgando e absolvendo os chefes dos invisíveis, e das rebeliões; logo é salvador. Isto é muito facil de entender.

BULHA DE COMADRES.

Ahi vai o *Nacional* muito humildemente prostrar-se aos pés do *Pharol*, pedir-lhe perdão com uma longo aranzel, lembrar-lhe sua antiga alliança, protestar-lhe amizade e pedir-lhe communhão. O *Nacional* é mais manhoso que o *Pharol*: este coitado parece que não entendeu as descomposturas, que levava do seu collega; disse verdade duras: entre cavalheiros o *Nacional* devia aceitar o desafio, e responder com verdades; mas o assassino procede de modo differente: o *Nacional* egachou-se, escondeu-se, pediu perdão. Ora, tambem elle tem razão, por que o seu plano era excellente, e o maldito *Pharol* foi desconcertar-l'ho. Attribuido o *Pharol* ao Sr. Vasconcellos, ainda que muita gente o não acreditasse, alguém podia haver, que o não descreesse, e lá ia odioso sobre o Sr. Vasconcellos. E podia suppor alguém, que o Sr. Vasconcellos não confiava no gabinete: outra grande vantagem. E o *Pharol* seria lido com avidéz: outra grande vantagem. Mas, dado o *Pharol* a seu legitimo dono, que influencia póde ter? de que serve?

Mas o *Pharol* não esteve por nada disso: não quiz perder as horas da paternidade; não quiz passar por espurio; e por isso vindicou sua dignidade offendida. O *Pharol* tem altivez e sentimentos nobres. O *Nacional* não querendo perder tal alliado, vai mui humildemente dar-lhe satisfações, lembrar-lhe a antiga amizade. Lembra-nos, que em 1837 o Sr. Montezuma fallou duas horas na camara temporaria para recordar ao Sr. Hollanda, que haviam sido amigos, e que ainda podiam sel-o outra vez.

Para fallarmos a verdade, sentiremos muito que o

Pharol aceite as desculpas do *Nacional*: pensamos com o ditado: Deos desavenha quem nos mantenha.

LISONJA.

O *Nacional* fallando do Sr. Paulo Barbosa, e chamando-o sxcommungadissimo, acrescenta logo — tendo creditos de servir bem o seu emprego. — Chama-se isto um affago e um arranhão. Qual aceitará o Sr. Paulo? Quererá ter creditos de servir bem o seu emprego? Cá por nós deixamos-lhe a escolha.

O SR. TOBIAS NO CONCELHO DE GUERRA.

Os orgãos da facção andaram por ahi gritando contra o concelho de guerra, que devia julgar o Sr. Tobias: e todavia o concelho obrou com tanta independencia, que se declarou incompetente. Ainda será concelho de escravos submissos? O negocio foi remettido ao concelho supremo militar: veremos a sua decisão. E se for contraria ao voto do concelho de guerra, teremos que o processo voltará novamente a este. E então veremos a sentença desse tribunal, a quem agradecemos em nome do paiz, por ter feito vêr á facção, que suas deliberações são fi-lhas de sua convicção.

AINDA O SR. AZEVEDO.

O Sr. doutor Ignacio Manoel Alves de Azevedo acaba de requerer ao governo, que o mande responsabilisar a fim de poder justificar-se da suspeita, que contra elle por ventura podesse resultar da sentença do jury. Cuidamos que este passo foi precipitado: o negocio ainda está affecto ao poder judiciario, ainda está indeciso, e em quanto não houver decisão terminante e definitiva, cuidamos que não devia ter logar o pedido do Sr. Azevedo. Tenha paciencia; não seja tão soffrego: agora tem de soffrer todas as demoras da chicana.

PARNASO BRASILEIRO.

Temos á vista o 1.º volume do *Parnaso Brasileiro*, escolha de alguns pedaços de nossos melhores factos: affiançamos, que o bom gosto presidiu á essa escolha: e se alguma coisa tivéssemos a dizer por essa parte, censurariamos não o que está, mas o que não está; queremos dizer, que muitos outros pedaços mereciam a honra de achar um logar no *Parnaso*; mas o que lá está é bom, e o plano da obra não admittia mais.

Esta obra é precedida por uma introdução, devida ao Sr. João Manoel Pereira da Silva, onde certamente seu autor mostra muitos conhecimentos da litteratura Brasileira, e muito gosto na materia. Parece-nos porem, que algumas questões historicas são decididas com alguma precipitação, e talvez menos conformes ao que na verdade é: pintam-se por exemplo os Jesuitas como menços cordeiros no Brasil, e pobres: cuidamos que os Jesuitas do Brasil não eram pobres, e razões ha para suppor, que algumas vezes não foram tão mansinhos. Não decidimos a questão, mas tambem não quizeramos, que o Sr. João Manoel a decidisse com tanta pressa. Todavia a introdução diz muita cousa que muita gente não sabe; e a escolha para o *Parnaso* foi muito bem dirigida. Aconselhamos a leitura deste livro a todas as classes, mas sobretudo ás senhoras, para que saibam, que tambem entre nós vivem as musas. A litteratura Brasileira é pela maior parte desconhecida; em quanto não ha ahi ninguem que não tenha mais ou menos tintura das estranhas, em quanto não ha ahi ninguem que não tenha lido Camões;

ha muita gente, que nunca ouviu fallar no padre Durão; e todavia o padre Durão, que não queremos igualar a Camões, é digno, muito digno de ser lido. O *Parnaso Brasileiro* quando outra vantagem não tivesse, tinha a de vir revelar-nos esses nomes, que tantos motivos devem não nos deixar esquecer: vem revelar-nos que também entre os poetas os ha Brasileiros.

AMEAÇAS.

O *Pharol* tratando do actual presidente do Rio de Janeiro, diz que por terem alguns ministerios julgado estúpida e imprudentemente que basta a confiança do governo imperial para a conservação dos presidentes, é que alguns tem sido assassinnados, e a guerra civil tem devastado alguns logares do imperio. E' claro pois, que se o governo continuar a conservar o actual presidente do Rio de Janeiro, teremos de vêr não a guerra civil, por que o *Pharol* não tem força bastante para a fazer apparecer, mas veremos o assassinato do Sr. Caldas Vianna. Esta linguagem combina magnificamente com a do Sr. Antonio Carlos, que dizia na camara dos deputados, que se o Sr. Pedro Chaves fosse mandado presidir a provincia de S. Paulo, seria immediatamente feito em postas.

Para bem classificar o logar, que na ordem social deve pertencer á facção, suppomos que bastam estas e outras maximas por ella apregoadas. Depois de assassinar a honra, assassinar também a vida!

Quem será o autor do artigo, onde se lêem aquellas palavras? Será do redactor da folha, ou de algum Cyrineo?

NOTICIA.

Corre, que o Sr. Odorico comprara a casa da rua da Ajuda, que foi do finado senador José Custodio, ao qual succedeu nella o Sr. França Leite, denominada vulgarmente — a floresta. — Diz-se, que dera por ella 30 contos, e que ahí pretende estabelecer um collegio.

VARIEDADES.

Para que servem as lagrimas? Esta pergunta a muita gente parecerá uma ineptia: as lagrimas, dirão, servem para chorar. Mas não é assim; a natureza sabe muito, que só para chorar nos desse lagrimas: nada ha em todo o universo, que não tenha um fim muito especial. As lagrimas servem para nada menos, que para a conservação dos olhos, que se não fossem ellas em breve ficariam estragados: é uma verdade; esses olhos matadores, que ahí vemos no rosto das bellas, deixariam de o ser se não fossem as lagrimas.

Sabemos todos que temos olhos, que são estes delicadissimos, e que qualquer corpo estranho os offende: a natureza, que também o sabe, e que os quer conservar, deu-nos primeiramente um instincto, que nol-os faz fechar á aproximação de qualquer perigo, e bem assim quando nossos sentidos adormecidos não seriam capazes de os livrar, sendo para isso que os fechamos, quando dormimos. Em segundo logar deu-nos as pestanas, e as sobranceiras, que são como baluartes, ou como obras defensivas. Em terceiro logar deu-nos as lagrimas, para que nossos olhos estejam constantemente humedecidos, a fim de que as moleculas, que giram constantemente pela atmosphera, e que possam cahir dentro dos olhos, cahindo naquella humidade, percam sua dureza e aspereza, e assim não sejam elles offendidos. Qualquer de nós

sabe, que um corpo geralmente fica mais mole, logo que molhado. Outro fim das lagrimas é expellir dos olhos os objectos extranhos, que nelles cahem: e todos os dias conhecemos isso por experiencia propria.

Para quantos de nossos leitores será novidade o que dizemos?

PENSAMENTO.

Se as relações de sangue produzissem affeições, veriamos em um dia mais abraços em uma populosa cidade, do que um anno em todos os theatros do universo.

PENNAS DE AÇO.

Ha tempos que temos lido em varias folhas européas, que as penas d'aço tem a qualidade de decompôr a tinta, donde resulta que os escriptos feitos com pennas d'aço passados alguns annos, deixarão de ser legiveis. Consta até que em alguns paizes se tem prohibido o seu uso nas estações publicas. Ora, qualquer pôde experimentar, que uma penna tal, deixada molhada em tinta, em um dia, no seguinte está toda enferrujada. Lemos também que para evitar este mal, se prepara em Inglaterra uma tinta especial para escrever com taes pennas. Recommen damos este negocio á attenção do publico e do governo. A tinta feita com capa-rosa necessariamente tem muita acção sobre o ferro, e por isso o seu uso deve ser prejudicial. E' negocio de mui serias consequencias. Nas repartições publicas temos visto alguns empregados usando de taes pennas, e não é bom que passados alguns annos, se não possa ler o que agora se escreveu.

PORTUGAL.

O governo portuguez ordenou a todos os capitães de navios, que á sua chegada aos portos estrangeiros não podessem reter á seu bordo os passageiros, que conduzissem, por qualquer pretexto que fosse. O fim evidente desta ordem é prohibir que de Portugal venham para o Brasil passageiros obrigados á pagar suas passagens com seus serviços ficando sujeitos ás nossas leis de colonisação. Suppomos, que o governo portuguez errou o seu calculo, o que fez foi tirar á seus navios esse ramo de commercio: entretanto que aquelles que tentarem semelhantes especulações se poderão servir de navios Brasileiros ou de qualquer outra nação, sobre os quaes não terá jurisdicção o governo portuguez.

Hum unico meio tem o governo portuguez para embaraçar a emigração: é fazer que a estada em Portugal seja mais vantajosa que no Brasil, se o conseguir, não carecerá de outros regulamentos; e se o não conseguir nem um regulamento ou pena poderá prohibir a emigração.

Com tudo louvamos o governo portuguez por seus esforços, e de tanto melhor vontade que suas ordens a este respeito não produzirão o mais pequeno resultado. A emigração continuará como d'antes. E' digno de elogios o governo, que se esforça por obter um fim vantajoso, e que para isso emprega os meios ao seu alcance. Ora, o governo portuguez não tem outros: sua posição, seu estado, que não dependeu d'elle, as preoccupações, que encontra em sua mesma nação, obstem muito ao desenvolvimento da industria nacional, e aos progressos da agricultura, de modo que tenham emprego lucrativo em seu paiz esses braços, que por falta d'elle o vem procurar entre nós.